

LUTAR POR UMA EDUCAÇÃO POPULAR SEM RECUAR

LUCHAR POR UNA EDUCACIÓN POPULAR SIN RECUAR

FIGHT FOR POPULAR EDUCATION WITHOUT BACKING DOWN

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i1.67489>

Francieli Rebelatto¹

[Entrevista: Márcia S. Lemos e Osvaldo Teodoro]

Fran Rebelatto é cineasta e fotógrafa, professora de Cinema e Audiovisual e do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu. Doutora em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Secretária-Geral do ANDES-SN (gestão 2023-2025), militante da Corrente Sindical (UC) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Nesta entrevista, Fran Rebelatto retoma sua trajetória acadêmica e de militância ativa no campo sindical classista e comunista, traçando uma análise sobre os desafios de existir numa sociabilidade que mercantiliza bens vitais e, ainda assim, ensejar um projeto de educação popular, balizado por experiências históricas, pelas disputas políticos-culturais, mas acima de tudo, alicerçado nos modos de existir e organizar-se de uma classe trabalhadora que vive no século XXI.

Germinal: Professora, sua atuação no ANDES-SN tem um diálogo permanente com as mudanças na forma social da educação a partir de uma interlocução crítica com distintas correntes de pensamento. Com base nessa afirmação, poderia relatar, ainda que de forma panorâmica, um pouco sobre a sua trajetória? Especialmente, como foi o seu contato e desenvolvimento intelectual acerca dos referenciais da tradição marxista no campo da educação?

Francieli Rebelatto: Minha formação é bastante interdisciplinar tendo passado pela graduação em Jornalismo, com o mestrado em Ciências Sociais, ambos, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), posterior doutorado em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (UFF), quando já atuava como docente de Cinema e Audiovisual na Universidade Federal da Integração Latino-

Americana (UNILA). Neste percurso, em especial na graduação e mestrado, meu contato com os referenciais teóricos de tradição marxista foi frágil. Meus vínculos desde cedo foram muito mais com os teóricos latino-americanos dos Estudos Culturais como Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini e/ou autores do denominado campo da decolonialidade como Glória Anzaldúa tanto na perspectiva dos estudos de recepção da comunicação, bem como os estudos sobre territórios e culturas de fronteira. O que me levou a encontrar as teorias marxistas e ao conhecimento do próprio legado teórico e militante de Marx com maior profundidade foi a militância política junto às fileiras do ANDES Sindicato Nacional, e depois à corrente sindical Unidade Classista e ao Partido Comunista Brasileiro. A partir deste encontro me repositio como pesquisadora, agora também analisando as imagens e os imaginários construídos pelas imagens (fotografia e cinema, com destaque) a partir do referencial teórico do marxismo, mais do que isso, passo a entender o exercício da docência e os limites da educação na sociabilidade capitalista com a criticidade desvelada pelo marxismo.

Germinal: Marx não escreveu nenhum tratado acerca da educação; entretanto, a crítica às formas de ser da burguesia apresenta valioso apontamento para pensarmos a educação a partir da necessidade de uma transformação radical da sociedade. Como sabemos, há divergências acerca dos limites e das possibilidades da educação na sociabilidade capitalista entre as diferentes vertentes marxistas. Para você, de forma predominante, qual o lugar da educação em formações sociais capitalistas?

Francieli Rebelatto: Considero que qualquer campo dentro do capitalismo terá os limites desta sociabilidade que está marcada pela mercantilização da vida, isso não seria diferente na própria educação que cada vez mais tem como registro o avanço de sua mercantilização, não se apresentando mais como um direito básico fundamental para a classe numa perspectiva emancipatória. Se bem, Marx não nos apresentou formulações específicas do campo educacional, muitas/os revolucionárias/os orientado pela sua leitura de mundo foram fundamentais na reflexão sobre a necessidade da construção de uma educação emancipadora para nossa classe. Menciono aqui, como um dos exemplos, Nadjeda Krupskaja, revolucionária bolchevique que na União Soviética aliou o debate da política, da economia socialista, com a vida cotidiana da classe e os interesses das mulheres, ainda, a necessidade de educar o povo e socializar toda riqueza material e todo conhecimento necessário para a construção de uma nova sociedade. Krupskaja defendia que a formação de professores e professoras tem que estar profundamente associada ao exame científico e crítico da realidade social, da educação como parte da sociabilidade humana, do desenvolvimento do ser humano. Nas palavras da revolucionária “A escola deve ajudar a criar e fortalecer a nova juventude, deve formar os lutadores por um futuro melhor, os criadores dele”. Ao longo de toda sua vida Krupskaja lutou para implementar o desenvolvimento da educação marxista, sendo um referencial fundamental para nós que lutamos por um projeto de educação popular alinhado a um projeto de transformação radical da realidade.

Mas retornando a pergunta, acredito que “a função da educação em formações sociais capitalistas” tenderá a ser uma formação voltada a atender as demandas do mercado e não as demandas reais da maior

parte da sociedade. Gosto de usar o exemplo da formação em arquitetura: enquanto os jovens estudantes de um curso de arquitetura, em sua maioria, seguem sonhando em fazer grandes obras infraestruturais e ou prédios verticalizados de grandes centros urbanos, a maioria das cidades brasileiras são cidades de pequeno e médio porte com arquiteturas horizontalizadas, enquanto isso, os grandes conglomerados urbanos seguem com problemas infraestruturais de esgoto, saneamento, etc. Ou seja, como podemos pensar e atuar para uma formação de jovens que, a partir do exame científico e crítico da realidade social, tenham interesse em colocar seu conhecimento a serviço da superação dos problemas dessa realidade e não apenas para assinar uma grande obra da arquitetura? Isso, no entanto, não significa dizer, que enquanto educadoras/es comprometidas/os com um projeto de transformação radical da sociabilidade capitalista, não seguiremos disputando os limites deste projeto de educação no capitalismo por meio de várias formas de pensar e fazer a educação. Seguiremos intervindo em sala de aula, nos locais de trabalho, por meio do sindicato, na construção de um projeto de educação e universidades populares na qual possamos, mesmo nos marcos do capitalismo, intervir na realidade, fazendo com que o ensino, a extensão e a pesquisa, no caso das universidades, seja um instrumento de disputa da nossa perspectiva de educação. Seguiremos com os esforços de formar jovens “lutadores por um futuro melhor, os criadores dele”.

Germinal: As estratégias de desenvolvimento adotadas em diferentes fases do capitalismo no Brasil impactaram sobremaneira a educação; reformas, mudanças nos currículos, implementação de políticas públicas, novas reconfigurações ao longo do tempo se configuram como uma marca do arcabouço educacional brasileiro. Como você analisa a atual situação da educação no Brasil? Quais as características do projeto capitalista que estamos vivenciando para a educação?

Francieli Rebelatto: A educação brasileira vive um momento que considero dramático, não só pela falta de recursos públicos que possam financiar de forma adequada a educação pública e gratuita, mas também pelo avanço da privatização e da militarização e, com isso, o avanço de um projeto de educação extremamente conservador e utilitarista. Moro no estado do Paraná, um dos estados que mais tem avançado com o projeto das escolas chamadas de Cívico-militares. Hoje no Paraná das 2.109 escolas estaduais, 194 já são cívico-militares gerenciadas pela Polícia Militar ou as Forças Armadas, no entanto, o projeto do governador de extrema-direita Ratinho Jr é de elevar esse número para mais de 400 escolas só neste ano. Este projeto vem carregado de uma ideologia repressora e de padronização das/os estudantes com cerceamento, práticas abusivas marcadas por uma perspectiva de controle dos corpos e do pensamento de nossa juventude submetida a essa educação. Muitas denúncias de estudantes da rede estadual de ensino do Paraná mostram sua indignação com as mudanças impostas nas escolas que abandonaram o modelo democrático e passaram a adotar o cívico-militar. Os (as) jovens estão sendo obrigados (as) a cumprir uma série de regras estéticas que não possuem qualquer relação com o ensino. As regras constam no manual das escolas cívico-militares, como por exemplo, a padronização do cabelo e a proibição de acessórios que seriam, conforme o manual, “aspectos educacionais relacionados com a higiene, boa aparência, sociabilidade, postura, dentre outros”. No entanto, bem sabemos que tudo isso

mascara uma prática abusiva, que promove a discriminação contra a identidade de grupos sociais, como pessoas negras e LGBTs, em especial.

Outro exemplo de avanço do projeto do capital sobre a educação ocorre com o processo de privatização das escolas no estado de São Paulo, que tende a agravar a falta de acessibilidade, a garantia e a qualidade do funcionamento das escolas, a monetarização da política pública de educação, que não só onerará os cofres públicos, como também ficará constantemente refém da lógica privatista e da busca pelo lucro das empresas. Ou seja, vivemos numa conjuntura marcada por governos tanto em âmbito federal, estadual e municipal que entendem a educação como um serviço privado ou que deve avançar para atender os interesses do mercado, e, com isso, deixa de ser um bem público.

No caso da educação superior, mesmo com nossa importante greve no ano de 2024 - que foi um marco histórico das nossas lutas-, muito pouco avançamos quanto a uma recomposição salarial adequada, considerando as perdas históricas das/os trabalhadoras/es da educação e do serviço público de modo geral. Mais preocupante ainda, no entanto, é o pouco avanço na recomposição e aumento dos orçamentos para as universidades, institutos e Cefets. Em muitas dessas instituições a realidade que vemos é cada vez mais a destinação de emendas parlamentares como alternativa à falta de recursos adequados para infraestrutura e desenvolvimento das atividades. Aliás, a política cada dia mais naturalizada e institucionalizada das emendas parlamentares tem sido um agravante na disputa pelo fundo público e sua destinação adequada aos serviços públicos.

Germinal: No Brasil, no último período, podemos citar como mudanças substantivas na educação, a Reforma do Ensino Médio e as alterações na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses movimentos refletem uma lógica de subordinação da educação aos ditames empresariais. No entanto, mesmo com o atual governo federal, eleito a partir de uma eclética frente com o Partido dos Trabalhadores (PT) na gerência do poder político, muito pouco foi alterado. Continuamos a observar os representantes dos aparelhos privados de hegemonia burguesa dentro do Ministério da Educação, capitaneando as ações. Qual a sua percepção acerca da relação do governo vigente com as políticas implementadas no campo educacional?

Francieli Rebelatto: Infelizmente, o governo atual de Lula-Alckmin não tem feito esforços efetivos para mudar essa correlação de forças com o avanço dos grandes conglomerados da educação ditando as regras do mercado e da mercantilização da educação, quanto menos tem conseguido reverter de forma expressiva as necessidades de orçamento público para a educação, como mencionei acima. Por certo, aparentemente, não se trata de um governo ‘inimigo’ da educação pública como foi o caso do governo fascista de Jair Bolsonaro, que tinha uma campanha deliberada contra a educação pública, em especial, contra as universidades.

Ocorre que tanto o atual governo do Partido dos Trabalhadores com Lula-Alckmin, quanto as experiências anteriores no âmbito federal demonstraram que a estratégia mais geral era buscar melhorar a situação da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que não se poderia mexer em nenhum eixo

estrutural da lógica do capital no Brasil. É nesse sentido, por exemplo, que a Educação Superior Pública em nosso país vivenciou um crescimento e interiorização que possibilitou a chegada de mais setores populares aos bancos das universidades. Entretanto, esse crescimento não chegou nem perto do aumento radical das universidades privadas no mesmo período que se beneficiaram de políticas como FIES e PROUNI. Tais políticas colocaram a maioria dos jovens que acessaram essas instituições em curso EAD, com péssimos pagamentos de salários para docentes e demais trabalhadores da educação, sem assistência estudantil, sem o mínimo de vivência universitária capaz que proporcionar uma formação de qualidade. Ao mesmo tempo, a ampliação de vagas nas universidades públicas não veio acompanhada das condições de permanência, por exemplo, então temos muitos campi sem restaurante universitário e moradia estudantil, agravando a permanência desses jovens no ensino superior público.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) de Camilo Santana recebe mais os empresários da educação do que os sindicatos. Tanto que a disposição do governo de revogar o Novo Ensino Médio, a BNCC e a BNC-Formação foi pífia. Evitando tensionar sua relação com a burguesia educacional que lucra bilhões no Brasil, o governo propôs remendar o Novo Ensino Médio, sem incorporar a crítica feita pelo movimento estudantil, pelos sindicatos e demais movimento da Educação.

Creio que a manutenção da força dessa fração da burguesia no campo educacional e deslegitimação dos movimentos de luta pelo governo federal cobrará seu preço quando tivermos que enfrentar a extrema direita nas eleições, por exemplo.

Germinal: Em pesquisa recente divulgada pela grande mídia indicou-se um possível “apagão” de professores no Brasil. O desinteresse dos jovens pela profissão, o envelhecimento da categoria e o avanço da modalidade à distância, são alguns dos fatores apontados pela consulta. Nesta direção, o governo federal lançou o programa “Pé-de-Meia”, que oferece incentivos financeiros para estimular os estudantes a ingressarem em cursos de licenciatura. Além disso, o programa também inclui uma poupança para estudantes do Ensino Médio, com o objetivo de reduzir a evasão. Quais as contradições do programa “Pé-de-Meia”? É possível identificar conexões entre esse programa e a relação da educação com o projeto do Capital?

Francieli Rebelatto: Precisamos partir do princípio de que a luta das/os professoras/es da educação básica pela sua valorização é histórica, e com isso, é necessário e urgente uma política real de valorização docente que tenha como centralidade algumas de suas pautas, dentre elas, podemos mencionar: o pagamento do Piso Nacional do Magistério, o ingresso por concurso público, a formação inicial e continuada na carreira, salários valorizados e condições de trabalho. No entanto, o que temos acompanhado é uma profunda precarização das condições de trabalho dessas/es professoras/es, situação, certamente, muito mais complexa do que as nossas condições de trabalho nas universidades (o que não significa dizer que na universidade não exista muitos desafios com a desvalorização dos profissionais, do saber científico e o sistemático sucateamento da infraestrutura).

Tanto os programas “Mais Professores para o Brasil”, quando o “Programa Pé-de-meia” não tem como objetivo a valorização dos docentes já ingressos na carreira, sanando os problemas centrais da educação, em especial, ao considerarmos que essa política tem um caráter provisório e trata de forma superficial o problema da desvalorização. Ou seja, são medidas paliativas que não estruturam as carreiras dos docentes efetivamente. A Bolsa Pé-de-Meia Licenciaturas, no valor de R\$1.050 mensal, destinada a estudantes que optarem por uma licenciatura, por exemplo, não traz impactos sobre quem já está na docência. No entanto, traz benefícios ao mercado educacional, pois incentivará os cursos com vagas ociosas e que serão preenchidas, por meio do Fies e Prouni, e que terão alunas/os beneficiadas/os com a bolsa. Essa bolsa também interessa aos especuladoras(es), que ganharão com os juros do dinheiro que ficará, supostamente, na poupança durante o tempo da licenciatura e que só poderá ser sacado com o ingresso da/o docente na rede pública. Isso significa dizer, que mais uma vez nossos direitos básicos estão sendo movimentados para atender a interesses do mercado financeiro especulativo que tem avançado sobre o fundo público no Brasil e no mundo. Com essa política, o governo está escolhendo movimentar recursos para o mercado financeiro ao invés de pensar numa política estrutural que garanta uma carreira mais atrativa para os jovens que não veem mais com interesse a perspectiva da docência. Desvelar essas contradições é papel central de todas/os as/os lutadoras/es da educação pública no Brasil no sentido de organizarmos a contraofensiva por um projeto de educação que tenha como centralidade a valorização das/os profissionais da educação.

Germinal: Como os professores, estudantes e os demais setores comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, podem resistir aos avanços do Capital sobre o complexo educacional? Balizada por sua experiência no campo da organização sindical, quais estratégias podem ser utilizadas para frear os interesses empresariais que marcam a atual dinâmica nas diferentes modalidades de ensino? Quais contribuições a tradição marxista pode oferecer aos trabalhadores e trabalhadoras nesses embates?

Francieli Rebelatto: Não acredito que há outra forma de barrar o avanço da privatização, da militarização e do desmantelamento da educação pública, gratuita, laica, se não por meio da luta política organizada. Neste sentido, é urgente a reorganização do movimento estudantil combativo, o fortalecimento da luta coletiva por meio dos sindicatos, a luta por um projeto de educação que esteja calcado na nossa perspectiva de classe. Uma das mais valorosas experiências de luta do campo educacional recente levada à cabo por vários sindicatos e outras entidades, entre eles, o ANDES-SN, foi a construção dos Encontros Nacionais da Educação (ENE) que aconteceram nos anos de 2014, 2016 e 2019 e, infelizmente, tem sido abandonado por forças políticas do ‘campo classista’ que cada vez mais se alinham como base governista, sem propor nenhuma outra alternativa de organização de lutas que não seja tentar fazer a disputa por dentro dos aparatos do estado, como no Fórum Nacional de Educação (FNE).

Os ENEs, por outro lado, foram espaços fundamentais de debate de um projeto de educação emancipador, com central crítica aos limites do projeto de educação dos governos petistas de conciliação cada vez mais comprometidos com o capital e suas demandas. Foram encontros que provocaram debate desde as bases. Lembro-me perfeitamente, da construção do II e III ENE, por exemplo, que ocorreram nos anos de 2016 e 2019, respectivamente e que nós de uma seção sindical (a SESUNILA) do interior do estado do Paraná acolhemos e nos deslocamos pelo interior do estado do Paraná e depois para Brasília para contribuir com as pautas centrais da educação, dentre outras coisas, com a defesa dos 10% mínimos do PIB para educação. Ou seja, quando nos afastamos da disputa de um projeto de educação na perspectiva classista, quando abandonamos experiências deste campo, estamos cada vez mais nos alinhando aos limites de uma educação que ao somente se caracterizar como pública e gratuita, não necessariamente, significa uma educação popular que possa atender os interesses de nossa classe. Penso que só a luta organizada entre movimento sindical, movimentos populares e movimentos de juventudes tem condições de barrar esses processos de desmonte da educação pública e da sua presença ideológica cada vez mais conservadora, mas para isso, é necessário também as lutas mais amplas em conjunto com a classe trabalhadora como um todo. Nesse sentido, pensar a atuação do sindicato como outros instrumento de luta, partidos e organizações populares é tarefa histórica. Vivemos um momento que não podemos olhar só para dentro, pois precisamos reorganizar a luta da classe trabalhadora e isso significa ampliar o chamamento para que centrais, sindicatos, movimentos sociais e populares retomem uma agenda de encontros e debates que, na minha concepção, é capaz de se materializar a partir de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. Encontro este que não se trata de um evento, mas de um processo de luta que deve emergir do movimento concreta das bases, ou seja, nos locais de trabalho, de estudo, de moradia, etc. É nessa perspectiva que temos que nos perguntar como podemos reorganizar as lutas de nossa classe para enfrentarmos este estado de coisas? O momento é grave e não podemos nos dissipar em lutas internas, burocratismos e sectarismos.

Finalizo reenviando a rica tradição marxista e comunista para desvelar os caminhos de superação do estado de coisa atual na educação e no mundo do trabalho. Poder Popular, Escola Popular e Universidade Popular são bandeiras e experiências que tem potencial de animar nossos locais de trabalho, estudo e moradia para um novo ciclo de enfrentamento, resistência e avanço de um projeto emancipatório da classe trabalhadora que supere toda exploração e opressão que temos vivido. Não são bandeiras e/ou palavras vagas, mas são horizontes de porvir que tem base concreta de experiências históricas e possibilidades de mediação tática com nossa realidade.

Notas

¹ Doutora em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Fotografia no Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA). É pesquisadora do grupo de pesquisa Cinematografia, Expressão e Pensamento: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9199064966131617; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7293392895460265>; Orcid: [0000-0001-6213-9196](https://orcid.org/0000-0001-6213-9196); E-mail: francie-li.rebelatto@gmail.com

Recebido em: 12 de mai. 2025
Aprovado em: 20 de mai. de 2025